



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

JOSÉ DE ALENCAR: A POESIA POPULAR E A NACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA.

Manoel Carlos Fonseca de Alencar*

O Nosso Cancioneiro é uma série de cartas que José de Alencar dirigiu a Joaquim Serra, em 1874, e este as recomendou para a publicação no jornal *Globo*, do Rio de Janeiro. As cartas, como o próprio Serra afirma, vão tratar da naturalização da literatura e do estudo da poesia popular.

O estudo foi realizado, em parte, através de algumas lembranças da infância de Alencar “nas cercanias da lagoa de Mecejana”, que ao ouvir o poemeto *Boi Espácio*, umedecia “os olhos lágrimas de tristeza inculida pela toada merencória e sentida da rude cantiga”.¹ A outra fonte foram algumas versões coligidas pelo historiador Capistrano de Abreu da cantiga *O Rabicho da Geralda*.

Nesse estudo percebe-se a sua intenção de analisar e descrever a cultura popular como elemento essencial na formação da identidade nacional. Nesse sentido, a literatura é uma importante fonte na investigação do processo de invenção das nações.

* Professor da Faculdade de Educação, Ciência e Letras do Sertão Central –FECLESC- na – Universidade Estadual do Ceará – UECE- .Aluno de Doutorado da UFMG

¹ ALENCAR. José de. *O Nosso Cancioneiro*. In: *Obra completa*, vol. IV. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960, p. 968

Os costumes e a língua, tidos pelo autor como autenticamente nacionais, permitem compreender a nacionalidade brasileira como uma “comunidade imaginada”.

O NOSSO CANCEIONEIRO: UM ESTUDO DA POESIA POPULAR

“É nas trovas populares que se sente mais viva a ingênua alma de uma nação”. Com essa frase, José de Alencar começa o seu conjunto de artigos intitulado O Nosso Cancioneiro que, segundo o autor, “interessa pelas cousas pátrias”. Aí está presente a síntese da sua compreensão acerca da poesia popular: a poesia popular é importante porque serve a uma causa fundamental, que é a nacionalidade brasileira.

Nessa frase está explicitado também um conceito de nação. Ela deveria ser definida e singularizada pela literatura popular, pois só esta mantinha caracteres de pureza e ingenuidade, como deveria ser a “alma” da nação. Daí deriva-se que tanto o povo, como a nação, são entidades abstratas nas quais se identifica uma unidade e uma essência. Para José de Alencar era necessário entender a essência do povo para chegar-se à essência da nação. Portanto, compreender o que há de singular no povo e daí deduzir a originalidade cultural da nação brasileira.

De história bem recente, que remonta ao final do século XVIII, as nações podem ser pensadas como “comunidades imaginadas”, como refletiu Benedict Anderson². Por compreenderem territórios muitas vezes vastos, marcados por diversidades étnicas, lingüísticas e religiosas, a uniformização das nações, do ponto de vista cultural, exigiu por parte de seus construtores, um exercício de imaginação, no sentido de recortar aspectos da realidade capazes de atribuir-lhe uma identidade e uma história comum. ³

Portanto, a definição e a delimitação de uma nação pressupunham a identificação de traços culturais comuns a todo um agrupamento social. Significava a busca de um destino comum que proporcionasse uma auto-identificação dos seus membros. Essa identidade nacional tinha uma dimensão interna e externa. Internamente

² ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginárias: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

³ HOBBSAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo de 1780: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

tratava-se de apagar todas as diferenças culturais presentes entre as várias comunidades que geralmente formavam a nação. Externamente representava acentuar os traços diferenciadores entre uma nação e outras.⁴

A “descoberta” da cultura popular se deu no processo de emergência das nações. Na virada do século XVIII para o século XIX, segundo Peter Burke, se tornou moeda corrente entre os intelectuais, sobretudo de países periféricos, a pesquisa e a publicação de livros, revistas e almanaques cujo interesse se centrava nas culturas do povo como essencial na definição da nacionalidade.⁵

Concomitante à descoberta da cultura popular – esse impulso para o que é simples, natural, rústico, primitivo – desenvolve-se uma anteposição ao que é artificial e polido: enfim, o que era identificado como civilização. Como afirma Elias, o conceito de civilização pressupunha o estabelecimento de estágios a que todos os povos deveriam alcançar e, portanto, um desenvolvimento comum a todas as nações. Nesse sentido, as diferenças e peculiaridades culturais representavam uma falta, uma defasagem que os povos tidos como menos civilizados deveriam minimizar. Nas palavras de Norbert Elias:

Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que a possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que a muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas.⁶

Assim, o interesse pela cultura popular por parte dos intelectuais “estava intimamente ligada à ascensão do nacionalismo.”⁷ À noção de indiferenciação e

⁴ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵ BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. Interessante discussão nesse sentido pode ser encontrada no artigo de Prys Morgan, no livro *A Invenção das tradições*. O autor estuda a invenção da cultura popular gaélica cotejando-a com a afirmação da nação galesa. MORGAN, Prys. “Da morte a uma perspectiva: a busca do passado galês no período romântico.” In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p.25

⁷ BURKE, Peter. Op. Cit., p, 39

padronização, embutidos no conceito de civilização, os intelectuais nacionalistas antepunham o que é típico e original na formação das nações.

O termo civilização era empregado pelos escritores brasileiros englobando também a acepção Kultur, proveniente do alemão. Kultur diferencia-se de civilização, pois dá ênfase mais a aspectos internos do desenvolvimento humano, tais como fatos religiosos, artísticos, intelectuais. Há, portanto uma antítese entre a profundidade da Kultur versus a superficialidade da civilização, que os intelectuais mobilizavam para se contraporem ao que entendiam ser o caráter uniformizador do processo civilizatório. Por um lado, clamavam aprofundamento do seu processo civilizatório, alardeando a necessidade de um maior desenvolvimento das ciências e da indústria e da correção e abrandamento de nossos costumes bárbaros. Por outro, viam na civilização um fenômeno exterior e superficial, uma aparência que suprime um ser mais essencial e verdadeiro. Não se tratava, assim, de negar o processo civilizatório, mas de aperfeiçoá-lo.⁸ Manter os ganhos advindos com a civilização, mas reformá-la, sobretudo do ponto de vista moral.

4

Encontra-se aí um paradoxo que atravessou o pensamento social brasileiro do século XIX e que foi fundamental na sua consciência nacional. O país deveria progredir a estágios mais avançados, tendo como reflexo os países europeus, sobretudo a França. Deveria civilizar-se. Mas a civilização é em maior parte identificada como sinal de decadência e superficialidade. O meio urbano e civilizado, como desenhado por um sem número de romances oitocentista, é o lócus por excelência de relações mundanas e degeneradas, onde sobressaem relações ditadas pelo interesse vil e comportamento dissimulado. A civilização é, em síntese, uma sociedade de aparências. José de Alencar bem o demonstra em seus romances urbanos.

Diante dessa percepção tão negativa, dificilmente a civilização poderia ser vista como um traço essencial da identidade nacional brasileira. José de Alencar vai buscar a especificidade da nação brasileira a partir de seu clima, suas paisagens naturais e dos atributos culturais do povo: a língua, a literatura, a música, a dança, os hábitos e os costumes. Cada povo tem um desenvolvimento singular, que o diferencia, que o

⁸ STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras de Civilização: ensaios*. São Paulo: Cia da Letras, 2001.

particulariza. Cada nação possui um espírito próprio que não deve ser comparado ao de outra nação em termos de estágios de desenvolvimento.

Uma questão colocada pelo escritor cearense é como o Brasil se posiciona diante de outros países civilizados, ou melhor, como avalia a civilização. Diz José de Alencar: “(...) a Providência havia preparado a América para a regeneração das raças exaustas do velho mundo.”⁹. Portanto, a civilização europeia encontra-se degenerada.

A uma civilização europeia decadente e cansada, José de Alencar antepõe uma América exuberante e pujante. A natureza restitui ao homem certo vigor primitivo, pois é obrigado a vencer forças da natureza. A atividade pastoril seria um exemplo da anteposição entre o velho e o novo mundo.

O vaqueiro cearense achou-se em face de um sertão imenso, e de grande manadas de gado, esparsas pelo campo. Esse sistema de criação, inteiramente diverso do europeu, obrigava o homem a uma luta constante.

Livre, tendo para esconder-se brenhas impenetráveis, e o deserto onde refugiar-se, esse gado almargio, se não era de toda selvagem, também não podia ser chamado doméstico.

O vaqueiro, forçado pelas condições do país a criá-los às soltas, tinha necessidade de domá-lo... 10

Em contraste, portanto, com os costumes do vaqueiro europeu, em que a vida repousa na “serenidade e candura”, os nossos vaqueiros se agitam em “entusiasmos e comoções da luta, que lhe imprime antes um cunho cinegético”.

Alencar conclui daí que a singularidade de nossas canções pastoris está no fato de elas não se revestirem na forma de idílio, ou mesmo sentimento lírico. Têm cunho épico. “São expansões, ou episódios da eterna heróica do homem em luta com a natureza.”¹¹ As “rudes bucólicas cearenses”, como ele afirma, em muito distam das que cantaram Teócrito e Virgílio, que servem de molde para os pegureiros do velho mundo.

A singularidade da poesia popular estava na sua própria classificação. Ao tentar compará-la com outros gêneros como a xácara, por serem “dialogadas entre

⁹ ALENCAR. José de. Op. Cit., p. 962.

¹⁰ ALENCAR. José de. Op. Cit., p. 963.

¹¹ Idem, p. 962.

interlocutores”, a poesia popular brasileira se distingue pelo tom “épico e narrativo, sem ornatos líricos”. Daí porque resolveu utilizar a classificação mais lata de cancionero. Nesse sentido, procura, sobretudo, diferenciar as canções brasileiras das portuguesas. Essa classificação se dá porque nossas canções são distintas daquelas coletadas pelo autor português Almeida Garret, em seu conhecido livro *Romanceiro*.

O interesse de Alencar pela poesia de origem popular *O Rabicho da Geralda* é dado pela sua aproximação do gênero épico, pois é esse o mais apropriado para narrar a saga de um povo. O autor chega a comparar a “magnanimidade dos nossos rústicos vates” à epopéia homérica. Com a diferença de que os nossos “rapsodos” engrandecem o boi – e não os troianos, como na *Ilíada* –, com o fito de engrandecer seus próprios feitos.

Interessa a José de Alencar os atos de heroísmo e destreza dos vaqueiros cantados pela poesia popular. Tanto *O Boi Espaço* como *O Rabicho da Geralda* narram a história de um boi selvagem, que se tornou famoso pelas suas proezas em resistir ao enlace dos vaqueiros. Desgarrado das manadas, esse boi alcunhado barbatão, tornou-se coadjuvante de muitas histórias que corriam sertão, que imprimiam a seus feitos características marcadamente mitológicas. O autor escreve:

Na infância dos povos, certas individualidades mais pujantes absorvem em si a tradição de fatos praticados por indivíduos cujo nome se perde; e torna-se por esse modo símbolo de uma idéia e de uma época.

Com o incremento da civilização, que nivela os homens, debilita-se aquela tendência; e o mitologismo só aparece nas latitudes onde não se dissiparam de todo a primitiva rudeza e a ingenuidade do povo.¹²

Portanto, o Brasil e a América, para Alencar, são capazes processar uma verdadeira regeneração no velho mundo: por ter mantido intacto certo primitivismo, por ser uma terra jovem e pujante e, sobretudo, por manter certa distância da decadência moral advinda com o processo civilizador dissolvente. Uma era mítica, ingênua, rude, deveria ser restaurada. Se o processo civilizador disseminava-se de forma rápida e avassaladora, apoderando-se da corte e das cidades, restavam alguns redutos, distantes no espaço e no tempo, em que o povo ainda “era natural, simples, analfabeto, instintivo,

¹² Idem, p. 978.

irracional, enraizado na tradição e no solo da região, sem nenhum sentido de individualidade.” 13

A constatação de um presente degenerado levava a uma busca de um passado, um tempo primitivo em que os povos ainda não haviam sido corrompidos pela civilização. A cultura desses povos primitivos representava a originalidade das nações. Interessava identificar uma continuidade histórica entre a cultura daqueles povos e a nação moderna. A cultura do povo seria o antídoto contra o caráter homogeneizador do processo civilizatório.

Por manter-se distante ou isolado da civilização o povo teria mantido uma pureza, uma ingenuidade e uma originalidade. Em contraponto às relações artificiais decorrentes da civilização, o povo estabelecia relações naturais e verdadeiras. Assim, as nações tinham sua personalidade alicerçada na cultura do povo e sua individualidade definida pela espontaneidade e naturalidade com que o povo comungava uma cultura.

Nessa perspectiva, a arte tinha um papel primordial. O artista tinha a função de acessar a alma do povo e fazer de sua arte uma representação do espírito da nação. Ele é a expressão de uma época, de um lugar, de uma sociedade. Sua arte, portanto, deve manter profunda ligação com o ambiente, com a paisagem, com o solo em que brotou. Exigia-se do artista um compromisso com o seu povo, pois era ele capaz de captar a sua essência.

Esse tom militante e reformador José Alencar exprime em todo de seu artigo. Reclama originalidade à língua nacional e brada contra os lexicógrafos portugueses que “negam-nos, a nós brasileiros, o direito de legislar sobre a língua que falamos”. O escritor nacional tem o compromisso de criar uma literatura nacional baseada na língua falado pelo povo, “se quiser ser entendidos” por ele “com os termos locuções que ele entende, e que lhe traduz os usos e sentimentos.” 14 Afirma por fim:

É contra isso que reclamo em nome de nossa literatura e por honra da mocidade brasileira, que aí vem cheia de vigor e talento pedindo contra do meio século de existência política.

É essa submissão que não tolero; e como já o disse uma vez, quebraria a pena antes do que aceitar semelhante expatriação literária.

¹³ BURKE, Peter. Op. Cit., p. 37.

¹⁴ ALENCAR. José de. Op. Cit., p. 966.

Admiremos Portugal nas tradições grandiosas de seu passado; nos esforços generosos de seu renascimento; prezemos sua literatura e seus costumes; porém nunca imitá-lo servilmente. Importaria anular a nossa individualidade. 15

José de Alencar estava diante de um desafio: encontrar os traços culturais diferenciadores entre o Brasil e Portugal. À independência política conquistada em 1822 deveria corresponder uma independência cultural. Em princípio um empecilho colocava-se. As nações européias haviam baseado a construção imaginária nos usos e costumes de povos antigos. Portanto, as nações modernas baseavam-se em uma ancestralidade histórica e imemorial em que em seu princípio estavam colocados os traços de continuidade entre o passado e o presente, e a nacionalidade era tida um destino manifesto. O problema é que o Brasil, afirma Alencar, era uma nação jovem e “falta-lhes, sem dúvida o sabor antigo e o romantismo das formosas lendas góticas e mouriscas.”¹⁶

Além de o Brasil ser um país ainda jovem, na busca de seu passado encontrava-se apenas uma herança cultural portuguesa. Nem os costumes dos índios, muito menos dos negros, aos olhos de Alencar, pareciam dignos de figurar como os alicerces da nacionalidade brasileira. Portugal era ainda a referência de civilização e afastar-se dele por demais significava um retrocesso no almejado processo civilizatório, tão caro às elites culturais dos países com um passado colonial. Nessa senda, os índios e os negros eram considerados povos bárbaros. Com respeito aos primeiros, restava o fato de serem os primeiros habitantes da América portuguesa; já os segundos se ligavam a uma história de escravidão e foram simplesmente silenciados no discurso nacional alencarino.¹⁷

Desta forma, a grande dificuldade a esse respeito, é que foi herdado de Portugal um elemento fundante das nações, que é a língua. Daí porque a questão central colocada pelo escritor é a “naturalização da literatura”. Como afirma Benedict Anderson, a definição de uma língua nacional estava na base da formação dos nacionalismos ao longo do século XIX. Foi nesse século que preponderou os escritos

¹⁵ Idem, p. 983.

¹⁶ Idem, p. 962.

¹⁷ ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

nas línguas vernáculas em detrimento do Latim e de línguas imperialistas, como o era o francês. Não casualmente, essa “foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo”.¹⁸ Um problema colocado por Anderson é que:

Nas Américas, havia um isomorfismo quase total entre a extensão dos vários impérios e a extensão de suas respectivas línguas vernáculas. Na Europa, porém, essas coincidências eram muito raras, e os impérios dinásticos intra-europeus eram basicamente polivernaculares. Em outras palavras, os mapas do poder e da língua impressa eram diferentes.¹⁹

Descartada por José de Alencar a possibilidade de as línguas indígenas e africanas figurarem como língua nacional, interessava-lhe manter a língua portuguesa, mas diferenciando-a de sua matriz. Ou melhor, abrigar a o português.

Uma solução comum aos nacionalistas dessa época foi recorrer à natureza tropical como elemento diferenciador e individualizador da nacionalidade brasileira. ²⁰ Afirma José de Alencar “(...) pois no Brasil nem a terra é velha, pois o sabor pingo e sobram em compensação o perfume de nossas floresta e o vigoroso colorido da natureza, como do viver americano.” ²¹ E ainda:

Se o português, transferindo-se para a América, desenvolvendo-se no seio de uma natureza tão opulenta como aquela onde se enriqueceu o sânscrito seu antepassado; se o português nessas condições não tivesse não tivesse o viço e a seiva necessários para brotar de si um novo idioma sonoro, exuberante e vigoroso; triste dele; seria uma língua exausta votada a breve e rápida extinção. ²²

Em síntese, o povo, diferente dos letrados, está mais enraizado na natureza brasileira, e sofreu por causa disso um longo processo de adaptação que tornou a sua língua diferente do português. A intenção do romancista é servir-se da poesia popular como componente essencial da diferenciação da língua brasileira em relação ao português da “pátria mãe”. A linguagem popular, expressa na poesia popular, cumpriria o papel almejado pelo autor de nacionalização da língua.

¹⁸ ANDERSON, Benedict. Op. Cit., p.112

¹⁹ Idem, p. 120.

²⁰ Nesse sentido, consultar: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²¹ ALENCAR. José de. Op. Cit., p. 962

²² Idem, p. 981

Contudo, constatada a diferença cultural entre o povo os letrados, era necessário fazer uma transposição da linguagem popular para a norma culta. Sobretudo, porque se tratando de poesia oral, transposta para forma escrita, perde muito de seu sentido social. O próprio Alencar o admite:

A cadência da toada apaga as asperezas do método imperfeito e imprime ao verso cantado um ritmo sonoro.

Quem transporta para a imprensa essas composições que não foram destinadas a leitura tem por dever apresentá-las com forma por que as apreciam aqueles que por ventura as escuta, vestidos com a rude harmonia do canto sertanejo. E ainda sim a correção gramatical ou métrica não vale a poesia nativa, que se expande na voz e no entusiasmo do trovador popular.²³

Ao contatar com as poesias produzidas pelo homem do sertão, José de Alencar percebe a simplicidade de suas escritas e linguagens comparando-as a uma literatura refinada. O autor demonstra uma constante preocupação com a linguagem, tentando manter a originalidade, mas preocupado a atender as exigências gramaticais. Com isto podemos perceber que ele ao mesmo tempo pretende conservar a originalidade das poesias populares, modifica-as.

Na Apuração das cantigas populares, penso eu que se deve proceder de modo idêntico a restauração dos antigos painéis.

Onde o texto está completo é somente espoá-lo e raspar alguma crosta que porventura lhe embote a cor ou desfigure o desenho. Se aparecem seleções de continuidade provenientes de escaras de tinta que se despegou da tela é preciso suprir a lacuna, mas a condição de restabelecer o traço primitivo.²⁴

José de Alencar se coloca assim diante de um difícil desafio. Manter, ao mesmo tempo, o “primitivismo” e “pureza” da poesia popular e transcriá-la para forma impressa. Esse processo opera um deslocamento significativo do sentido social da linguagem e da poesia popular. A forma escrita era uma convenção, que em muito dista da oralidade, em suas formas e funções. Essa nova língua, pensada por Alencar, é um “constructo semi-artificial”, segundo Hobsbawn. Pois, sendo uma invenção dos letrados, tinha seus alicerces em uma língua geral falada pelo povo. 25

²³ Idem, p. 979

²⁴ Idem, p. 972

²⁵ HOBBSAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo de 1780: programa mito e realidade*. Op. Cit.

José de Alencar procurou criar uma tradição para a nação brasileira recortando elementos da cultura popular que a dotasse de uma singularidade e ancestralidade, positivando a sua história e a sua cultura. Diante do processo dissolvente da civilização, como acreditava, o seu esforço consistiu na representação da nação como uma unidade distinta e autêntica, diferente, portanto, das outras nações. Os termos primitivismo, rudeza, rusticidade, pureza, originalidade, usados para qualificar a poesia popular, dizem muito da idealização com que o autor vê o povo. Quanto mais fala dele, mais se distancia de sua experiência e de seu cotidiano. Ao tentar dizer o outro, diz muito de si e de seu projeto de nacionalizar a cultura brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. O Nosso cancionero. In: *Obra completa*, vol. IV. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginárias: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p.25

HOBBSAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo de 1780: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz &Terra, 1990.

MORGAN, Prys. “Da morte a uma perspectiva: a busca do passado galês no período romântico.” In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d’Água, 1992.

STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras de Civilização: ensaios*. São Paulo: Cia da Letras, 2001.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.